

Por uma nova imagem

Não haverá o recesso branco, período em que os parlamentares recebem integralmente mesmo sem comparecer às sessões. Foi uma decisão moralizadora das mesas do Senado e da Câmara, pois seria acintoso deputados e senadores receberem para fazer campanha eleitoral, como se este fosse seu dever. Não basta, porém, a decisão. É preciso cumpri-la, realizar sessões diárias e cortar a representação correspondente aos dias de ausência.

Esse ato enquadra-se no processo de recuperação da imagem do Legislativo, que é muito ruim. Injusta, em muitos aspectos, essa visão só poderá ser desfeita com atitudes semelhantes e pelo desempenho do Congresso. Não será, nem pode ser, uma recuperação rápida, como não é fácil modificar a concepção da função do parlamentar, visto entre nós, quase sempre, como intermediário de benesses e aproveitador de vantagens. A maioria é séria, atuante, porém o retrato de alguns contaminou a imagem.

Apesar de as novas mesas, presididas pelo senador Nelson Carneiro e deputado Paes de Andrade, terem adotado providências corretas, ainda faltam muitas, como, por exemplo, a redução dos carros oficiais, a extinção das vantagens especiais dos líderes, inclusive os que não têm bancadas, eliminar a complacência com os ausentes habituais etc. Faltam, mas é possível confiar pela firmeza já demonstrada.

Politicamente, foi excelente para o Legislativo a elaboração do Pacto de Emergência, idealizado por Nelson Carneiro. A descrença cercou os primeiros entendimentos; as entidades sindicais e civis omitiram-se; os partidos de esquerda afastaram-se. Tudo prenunciava que a iniciativa fracassaria, porém o Pacto acabou firmado e o Executivo, outra surpresa, está cumprindo-o em parte.

O Legislativo errou, em termos teóricos, ao partilhar com o Governo a responsabilidade pela correção da crise, pois não detém o controle das providências, especialmente de sua execução. Na prática, no entanto, o resultado foi positivo. A Nação sentiu que o Legislativo interferiu em defesa do bem público e obrigou o Governo a "acordar", como definiu muito bem o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA).

Há muito que fazer, principalmente em relação às Assembleias estaduais e Câmaras Municipais. O Congresso Nacional está pagando pelo que não faz, especialmente em relação aos abusos ocorridos em relação aos subsídios. As mesas da Câmara e do Senado deveriam tomar a iniciativa de conter verdadeiros assaltos ao erário, pois não é admissível que deputados estaduais e vereadores ganhem mais do que deputados federais e senadores. A limitação desses subsídios é fundamental para que o Legislativo, como um todo, seja um poder respeitado e legítimo.